

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE FORTALEZA

RESUMO

O presente artigo busca contribuir para reflexões sobre a questão patrimonial dentro do espaço urbano, tendo como recorte espaço-temporal a cidade de Fortaleza-CE de 1980, data da intensificação do processo de patrimonialização internacional e local, a 2012, data do último tombamento em Fortaleza. A fim de alcançar nosso objetivo foi concretizado um levantamento bibliográfico para proporcionar propriedade teórico-metodológica às nossas reflexões sobre o assunto. Além de visitas, presenciais e on-line, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sede Fortaleza, da Secretaria Estadual de Cultura - SECULT, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULFOR e da Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLA.

Palavras chave: Políticas Públicas, Patrimônio, Identidade.

RESUMEN

En este artículo se pretende contribuir a la reflexión sobre el tema patrimonial en el medio urbano, con el corte en el espacio de la ciudad de Fortaleza-CE de 1980, fecha de la intensificación del proceso internacional y local patrimonio, para 2012, fecha de la última de inflexión en Fortaleza. Con el fin de lograr nuestro objetivo se realizó una revisión de la literatura para proporcionar la propiedad teórica y metodológica a nuestras reflexiones sobre el tema. Además de las visitas, en el aula y en línea, en el Instituto del Patrimonio Artístico Nacional - IPHAN, sede de Fortaleza, la Secretaría de Estado de Cultura - SECULT, la Fortaleza Municipal de Cultura - SECULFOR y el Departamento de Planificación y Presupuesto - SEPLA.

Palabras clave: Políticas Públicas, Patrimonio, Identidad.

ABSTRACT

This article seeks to contribute to reflections on the question cultural heritage in the urban environment, with the space - time frame the city of Fortaleza-CE 1980, when the intensification of international and local patrimony process, 2012, date of the last tipping in Fortaleza. In order to achieve our objective was realized a literature review to provide theoretical and methodological property to our reflections on the subject. In addition to visits, classroom and online, to the Heritage Institute for National Artistic - IPHAN, headquarters Fortaleza, the State Secretariat of Culture - SECULT, the Municipal Fortress of Culture - SECULFOR and the Department of Planning and Budget - SEPLA.

Key Words: Public, Heritage, Identity Politics.

CASSIA MARIA DOS SANTOS COSTA

Mestranda em geografia- ufc
E-mail: cassia_mscbs@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A questão da preservação e conservação do patrimônio cultural dentro dos espaços urbanos ganhou importância no Brasil somente a partir do final do século XX, surgindo a valorização do passado.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, esta tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultivava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático as heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou revalorização dos mais diversos vestígios do passado. (ABREU, 1998, p.77).



O florescimento da importância do patrimônio cultural nas cidades está calcado na preservação da “memória urbana”. Segundo Isnard (1982) apud Corrêa (1995, p.10) o espaço geográfico é também um campo de representação simbólica, rica em signos que cumprem a função de expressarem as estruturas sociais em suas mais diversas dimensões.

Diante do exposto, o espaço tem a capacidade de materializar as relações sociais e nele a sociedade se sócio-representa através das edificações e dos sentidos dados aos lugares, no jogo de lembrar e esquecer.

Cabendo os geógrafos decodificarem dos múltiplos significados contidos na paisagem urbana, pois ela tem uma dimensão identitária socialmente e historicamente construída, sendo um meio rico para compreensão e interpretação do espaço. Parafraseando Corrêa (1995, p.18) é necessário aos geógrafos ampliarem sua contribuição das diversas facetas da cultura em suas dimensões espaciais.

O Estado é um dos poderes reguladores do espaço e na colocação de Cosgrove (1998, p.104) representante de um “interesse nacional”, procura introduzir pelo menos os rudimentos de uma cultura comum, utilizando-se de vários elementos para fazê-lo,

Segundo Canclini (1994) apud Nogueira (2008) a questão do patrimônio e das políticas de preservação a ele relacionada evidencia um campo de conflito material e simbólico entre classes, grupos ou etnias na constituição de uma memória coletiva ou de grupo, ou seja, o reconhecimento e a permanência do patrimônio cultural passam pela seara das lutas de classes manifesta no espaço, onde não basta somente “inventar” simbolicamente, mas materialmente (re)construir.

Por volta de 1964 a 1979 membros estrangeiros coordenados pela UNESCO e ligados ao campo da preservação da arquitetura e do urbanismo estiveram no Brasil visitando algumas cidades históricas. Isto ocorreu porque a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN atual IPHAN procurava solução para os problemas de urbanismo e conservação patrimonial que a maioria dessas cidades apresentava devido à acentuada industrialização ocorrida no período de 1950 e 1960.

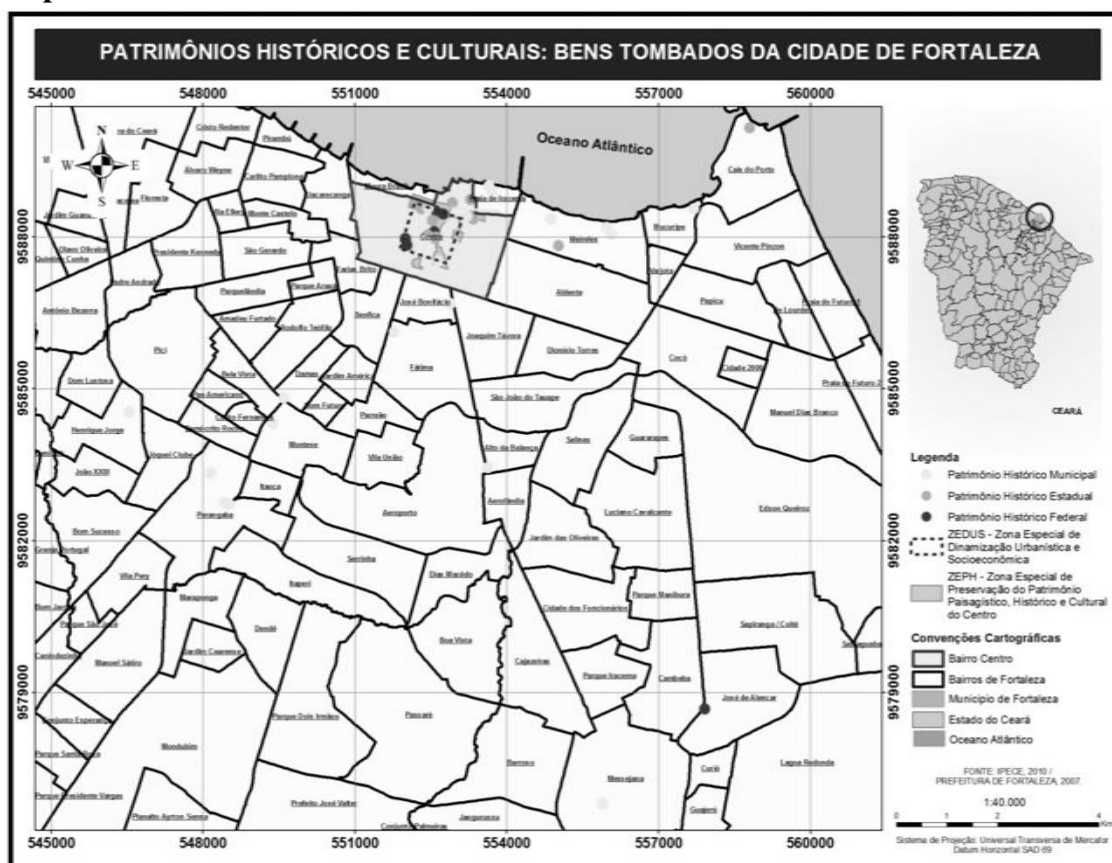
A primeira missão científica enviada ao Brasil pela UNESCO em março de 1964 tinha por finalidade avaliar as edificações antigas de Ouro Preto e formular algumas possíveis soluções para que permitissem a preservação delas, seguindo a sistematização do documento Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, mais conhecida como Recomendação de Paris, elaborado durante a Conferência Geral da UNESCO em 1962.

Em Fortaleza o primeiro Tombamento¹, o Passeio Público, foi realizado em 1964 por uma lei Federal em consonância com o documento de Recomendação de Paris², dando início

¹ Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de

as políticas de preservação patrimonial pela cidade. Esse tipo de política foi importante para criar um passado comum material e simbólico, dando um sentido de pertence, um elo, entre os habitantes e a cidade de Fortaleza, “construindo” uma identidade socioespacial. Além de expressar um caráter de modernidade para a cidade, visto que, nas palavras de Fonseca (2009, p.21) a constituição de patrimônio histórico e artístico nacionais é uma prática característica dos estados modernos (Observar o mapa I, a espacialização dos bens materiais tombados).

Mapa I:



FORTALEZA E O PATRIMÔNIO MATERIAL

A paisagem urbana é um transmissor de mensagem codificada em símbolos poderosos expressos no espaço. O Estado cria significados convencionais, onde não basta inventar simbolicamente o pertencimento pela cidade ou a “memória urbana” coletiva e homogeneia, ele tem que ser construído materialmente.

O Estado com os demais poderes públicos (re)construíram uma memória e um passado para o lugar e a sua população, como se não existisse diversidade, nem várias cidades dentro de uma unidade político-administrativo com feições diferentes e desiguais.

Uma das estratégias empregadas para criação de uma identidade foi às políticas de preservação patrimonial. Estas tomaram alguns elementos do passado, transportaram para

legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venha a ser destruído ou descaracterizado.

² Documento de Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, elaborado durante a Conferência Geral da UNESCO em 1962.

o presente e construíram uma narrativa de coletivo, promulgaram como uma história e uma cultura de todos.

Segundo Funari e Pelegrini (2006) as políticas públicas devotadas à proteção patrimonial têm cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder, ou seja, as políticas públicas voltadas para o patrimônio apesar do seu discurso social são excludentes, pois não dão conta das múltiplas realidades vividas no espaço, sua missão é criar uma identidade representatividade de um todo, que na realidade só beneficia uma parcela pequena da sociedade.

(...) o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política. (RODRIGUES, 2002, p.16)

O patrimônio histórico arquitetônico de Fortaleza foi constituído tardiamente em relação a outros centros importantes econômicos do Ceará no século XIX, como por exemplo, Aracati e Icó. As grandes edificações de valor histórico encontradas em Fortaleza, predominantemente, foram feitas nas primeiras décadas do século XX, no período conhecido como *Belle Époque*.

Fortaleza, dos meados do século até aquele ano de 1875, estava passando por significativas transformações que a tornaram o principal centro político, econômico, social e cultural da província, inclusive sobrepujando Aracati, cidade pontuaria então hegemônica no Ceará desde o século XVII. (PONTE, 1999, p.24).

Fortaleza cresceu com o êxodo rural dos retirantes da seca no início do século XX, fazendo com que Fortaleza litorânea fosse filha do sertão. Boa parte da população que vive na cidade veio ou tem vínculo familiares com pessoas do “interior”. Perante isso era necessário criar uma identidade fortalezense para os novos habitantes do lugar.

O patrimônio é reconhecido pelo seu valor histórico, cultural, arquitetônico, artístico, arqueológico ou paisagístico. A permanência dos bens patrimoniais no espaço e no tempo tem um caráter de poder social sobre a memória do passado e sobre o próprio presente, pois ele foi um resultado das lutas de classes pela memória e pela identidade.

Uma gama enorme de bens significativos não foram preservados por não se encaixarem nesta categorização engessada de patrimônio. Ficaram de fora ou foram destruídos ou relegados ao esquecimento as senzalas, os quilombos e os terreiros, as primeiras fábricas, os cortiços e as vilas operárias. (NOGUEIRA, 2008, p.322).

A lista dos bens tombados aumenta (observar quadro I) em contra partida, grande parcela da população não se reconhecem neles, apesar de ser o patrimônio da cidade, representativo da memória, cultura e história da população.

QUADRO I: BENS TOMBADOS DA CIDADE DE FORTALEZA- CE (1964–2012):

Patrimônio Material Tombado	
Área do Passeio Público, antiga Praça dos Mártires Casa natal de José de Alencar Conjunto constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção Prédio da antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Teatro José de Alencar Antigo edifício da Assembleia Provincial	IPHAN- FEDERAL

Antiga Alfândega Conjunto Palácio da Abolição e Mausoléu Castelo Branco Centro de Turismo Estação Ferroviária Dr. João Felipe Hotel do Norte Palácio da Luz Seminário da Prainha Secretaria da Fazenda Sobrado Dr. José Lourenço Palácio Ceará	SECULT-ESTATUAL
Capela de Santa Teresinha Estoril Espelho de Água da Lagoa de Messejana Espelho de Água da Lagoa de Messejana Riacho Papicu e suas Margens Teatro São José Ponte dos Ingleses Parque da Liberdade (Cidade da Criança) Feira de Artesanatos da Beira Mar Palácio João Brígido Bosque do Pajeú Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos (Igreja da Parangaba) Escola Jesus Maria José Escola Jesus Maria José Estação Ferroviária da Parangaba Mercado dos Pinhões Mercado da Aerolândia Casa Rachel de Queiroz Igreja de São Pedro dos Pescadores Pavimentação da Rua José Avelino Casa do Português Casa do Português Náutico Atlético Cearense Ideal Club Farmácia Oswaldo Cruz Santa Casa de Misericórdia IMPARH Antiga Sede do Sport Club Maguary	SECULFOR-MUNICIPAL

FONTE: Iphan, Secult e Seculfor.

Fortaleza, principalmente desde a década de 1970, vem sofrendo grandes transformações no seu espaço físico e na sua aparência, buscando incessantemente consolidar os padrões de uma cidade moderna e desenvolvida. Diante dessa procura Fortaleza vem sendo delineada, no século XXI, por fronteira social e simbólica enxergada na paisagem urbana, onde a mesma se desenvolve em ritmos diferentes ao longo do seu território, não existindo uma cidade, mas várias cidades de caras bem distintas.

No “Governo das Mudanças”, iniciado na primeira gestão do empresário Tasso Jereissati à frente do Estado do Ceará em 1980 buscou-se projetar uma imagem urbana de

cidade moderna e desenvolvida em Fortaleza para turistas e investidores, que contradiz a realidade de boa parte da cidade.

Numa época de comunicação de massa, telecomunicação e intensa produção cultural, a imagem de uma cidade torna-se tão importante quanto a realidade. (...) Quando não há uma herança real suficiente para fundamentar uma imagem urbana atraente, torna-se imprescindível a construção de uma pseudo-imagem. (Harvey, 1994, p.7).

Em contra partida à busca dessa imagem nos últimos 35 anos, Fortaleza passou e está passando por um processo de destruição de seu patrimônio edificado. As demolições atingem, sobretudo, as áreas onde a especulação imobiliária tem ação mais intensa. Todos os dias são destruídas edificações, que remetem ao velho em prol das novas edificações e dos espaços projetados feitos para sustentar a imagem da modernidade, como, por exemplo, o Jardim Japonês situado na Av. Beira Mar.

Algumas edificações antigas permanecem erguidas, não devido às ações do poder público, mas por que ainda não houve uma grande pressão do interesse imobiliário pelos lugares.

Os patrimônios edificados são marcas cristalizadas no espaço das relações sociais passadas, são memórias materializadas, da elite que mandou fazer e as mãos dos trabalhadores que ergueram a edificação.

Para manter o patrimônio edificado é necessária, imprescindivelmente, a preservação desse lugar através da reutilização e apropriação dos espaços pela população, que se dá pelos novos usos, significados e representações. Além da participação do Estado como agente financiador e mantenedor dos ambientes físicos, isto é, a inserção do patrimônio na vida cotidiana da população, pois o espaço precisa ter funções e usos que atendam as necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a política de preservação patrimonial iniciada com o primeiro tombamento em 1964, por recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, mais conhecida como Recomendação de Paris, elaborado durante a Conferência Geral em 1962 foi percebível uma tendência na elaboração e manutenção dos conjuntos espaciais que dão suporte ao discurso identitário do lugar.

Na cidade de Fortaleza, essa política atende a três objetivos básicos: o primeiro é representar uma memória urbana que não faz referência a todos os grupos sociais, ou seja, representa apenas àqueles que tiveram o poder político e/ou econômico para perpetuar suas histórias e as legitimarem por meio de elementos materiais expostos no espaço geográfico e que atualmente estão carregados de valor simbólico exercendo assim um poder simbólico. O segundo é ser atrativo turístico por dar o caráter singular à cidade, porém, vale ressaltar que esta característica é resultante do somatório de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. O terceiro e último é sustentar uma identidade cultural, buscando criar um passado comum a todos, esse elo é a base material e simbólica que assegura a identidade territorial e a manutenção dele.

(...) a valorização atual do passado se dá hoje de forma generalizada no mundo, refletindo a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e as mulheres do final do século XX e os conjuntos espaciais que lhe dão ancoragem no planeta, sejam eles os estados-nações, as regiões ou os lugares. (ABREU, 1998, p.77).

O patrimônio não é somente monumento, ele tem significados que transmitem poder simbólico hierárquico. Segundo FUNARI e PELEGRINI (2006) o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, acionada pelo Governo Federal em 1973, centrou-se na recuperação

dos bens de “pedra e cal” e no incremento do turismo e do comércio em áreas consideradas de tradição histórica e cultural, sobretudo no Nordeste. Porém, as ações de proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade tornaram-se veículos de propaganda empresarial que, não raro, especularizavam o patrimônio tornando-o “produto cultural”, ou seja, mercadoria da globalização utilizada no *Marketing Cultural* para a cidade.

A pesar da ampliação do conceito de Patrimônio contida no artigo 261 da Constituição Federal Brasileira pelo Decreto nº 3551/2000 fez a legalização do patrimônio intangível, isto é, bens culturais imateriais. É importante salientar que até hoje o patrimônio intangível é aquele representativo das classes menos favorecidas, que ficam às margens das políticas públicas patrimoniais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série, Vol.XIV, Porto, 1998, p.p 77-97.
- BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz**: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e RONSENDAHL. Zeny (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Dimensão Cultural do Espaço**: Alguns temas. Rio de Janeiro: Eduerj, nº 1 (out), p.1-21 NEPEC, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Geografia Cultural e o Urbano**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e RONSENDAHL. Zeny (org.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSGROVE, Denis. **A Geografia Está em Toda Parte**: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e RONSENDAHL. Zeny (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- HARVEY, D. **Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, n. 4, p. 171-189, mai. 1996.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Patrimônio Cultural e novas políticas de memória. In: **Em tempo: História, Memória, Educação**. Org.: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, Ernani. Fortaleza; Imprensa Universitária, 2008.
- Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR**. PMF: Fortaleza, 2009.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. 2ª edição, Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir**: o patrimônio histórico e turismo. In: Turismo e patrimônio cultural. Org.: FUNARI, Pedro Paulo; PINSLEY, Jaime. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª Ed